

Estudo Técnico Preliminar 10/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.039244/2024-36

2. Descrição da necessidade

2.1. O Ministério dos Transportes, no desenvolvimento e fomento de sua política pública, realiza diversas agendas externas para tratar de assuntos pertinentes à sua finalidade institucional. Entre esses compromissos, que demandam a participação do Ministro de Estado e de sua equipe, é necessária a disponibilização de transporte terrestre eficiente e seguro para a locomoção dos agentes públicos. Nesse contexto, este estudo visa apresentar como característica fundamental a contratação de serviços de locação de veículos, tanto no Distrito Federal quanto na Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE).

2.2. Atualmente, o Ministério dos Transportes e o Ministério de Portos e Aeroportos não possuem veículos em suas frotas próprias que possam atender, de maneira apropriada, segura e contínua às necessidades de transporte dos Ministros de Estado e de outras autoridades dos respectivos Ministérios. A gestão de uma frota própria implica em custos elevados com aquisição de veículos, manutenção periódica, reparos e outros gastos operacionais que, no contexto atual, não se mostram viáveis ou eficientes.

2.3. Diante disso, em 2023, o Ministério dos Transportes, firmou um contrato de locação de veículos para atender as necessidades dos Órgãos. No entanto, no final do exercício de 2024, o Ministério foi surpreendido com o pedido de rescisão contratual, em decorrência da modificação da finalidade da empresa que restringirá sua capacidade de concluir o contrato.

2.4. Nesse sentido, para atender às necessidades de logística, bem como manter a continuidade dos serviços de locomoção das autoridades a serviço deste Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos, no Distrito Federal e RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento), torna-se imprescindível a contratação, uma vez que as autoridades desses Órgãos frequentemente precisam se deslocar para cumprir sua agenda de compromissos oficiais, que incluem reuniões, visitas institucionais, inspeções e encontros com autoridades locais. Logo, para garantir a pontualidade e o cumprimento dessa agenda de forma eficaz, o Ministro necessita de um meio de transporte eficiente e seguro.

2.5. Com a contratação dos serviços supracitados, pretende-se atender as necessidades dos deslocamentos das autoridades desses Ministérios nas demandas externas, otimizando o transporte de autoridades para cumprimento de atividades inerentes às políticas públicas desenvolvidas pelo MT e MPOR.

2.6. Em relação a contratação conjunta para ambos os Ministérios, cumpre registrar que, em que pese o MPOR já dispor de infraestrutura e equipe para realizar as suas próprias contratações, executar essa contratação em conjunto demonstra ser mais vantajoso para a Administração Pública, tendo em vista que ao reunir as necessidades de transporte de ambos os Ministérios é possível negociar condições mais favoráveis com fornecedores de veículos, com maiores descontos e melhores preços. Isso ocorre porque, ao combinar as demandas de diferentes órgãos, o volume de veículos ou serviços requisitados aumenta, permitindo que se obtenha um preço mais competitivo, devido à economia de escala.

2.7. Quanto a fundamentação legal de transportes para autoridade está fundamentado nos incisos III e IV do art. 3º do Decreto nº 9.287 de 15 de fevereiro de 2018, art. 11 da Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 da SLTI /MPOG, que rezam:

Decreto nº 9.287/2018

[...]

Art. 3º Os veículos de representação serão utilizados exclusivamente:

III - pelos Ministros de Estado;

V - pelos ocupantes do cargo de Natureza Especial ou pelo Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada das agências reguladoras.

[...]

Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008.

[...]

CAPÍTULO III IDENTIFICAÇÃO VISUAL DOS VEÍCULOS

Art. 11. Os veículos de representação terão cor preta e placa de bronze, esta com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

[...]

2.8. Ademais os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

2.9. Ainda, cumpre consignar que os serviços pretendidos não se constituem em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, c/c art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, cuja execução indireta é vedada. Vejamos:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços: I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

2.10. Também é importante registrar que os serviços a serem executados são atividades auxiliares, instrumentais e acessórias, estando previstos na relação não exaustiva contida na Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, senão vejamos:

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...) XXVIII - transportes;

(...) Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018. 2.13. Vale citar que a contratação pretendida constitui atividade de custeio, nos termos do disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

2.11. Vale citar que a contratação pretendida constitui atividade de custeio, nos termos do disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. O serviço será prestado de forma contínua, ou seja, 24 horas/dia;

- 3.1.1. A locação de veículos ocorrerá de forma ininterrupta durante toda a vigência do Contrato. Assim, o Contratado deverá possuir uma central de atendimento e um telefone disponível 24 horas, para suporte, caso necessário.
- 3.2. A execução do serviço será iniciada a partir da assinatura do Contrato, o qual o Contratado deverá em tempo hábil informar qualquer motivo que impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido;
- 3.3. Os custos relativos ao abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, seguro 24 horas e demais custos e tributos, inerentes aos veículos disponibilizados, serão de inteira responsabilidade do Contratado devendo estar previstos na proposta, não incidindo nenhum ônus ao Contratante;
- 3.4. A Contratada deverá manter os veículos em perfeito estado de conservação e portar os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
- 3.5. Os veículos devem possuir seguro total, sem franquia para o Ministério dos Transportes, com cobertura para roubo, furto, incêndio, colisão, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros e quaisquer casos fortuitos ou de força maior, durante todo o prazo de vigência contratual;
- 3.6. O Ministério ficará isento de qualquer responsabilidade jurídica e financeira na ocorrência de quaisquer sinistros;
- 3.7. A Contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas de manutenção, licenciamento, seguro e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços contratados;
- 3.8. Os veículos ficarão à disposição da Contratante e serão mantidos sob a guarda do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos, em garagem própria;
- 3.9. Deverão ser realizadas pela Contratada, revisões preventivas periódicas bem como corretivas, caso necessário, de acordo com os prazos estabelecidos no manual do fabricante do veículo;
- 3.10. A Contratante arcará com as responsabilidades decorrentes de multas durante os deslocamentos dos veículos e que estejam a serviço do Órgão.
- 3.11. Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito ou por quaisquer outras razões que inutilizem o veículo temporariamente ou permanentemente, a contratada deverá, prontamente, providenciar a substituição do mesmo, informando imediatamente ao Fiscal do Contrato sobre o ocorrido, sob pena de responsabilidade nos termos deste Instrumento.

Natureza do serviço

- 3.12. Os serviços são caracterizados de natureza continuada, considerando que são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho de suas funções e atribuições a serem desenvolvidas periodicamente.
- 3.13. Esta contratação enquadra-se como serviço de natureza continuada, nos termos do artigo 15 da IN no 5/2017 Seges/MPDG:

[...]

“Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

[...]

- 3.14. Além disso, os serviços de locação de veículos a serem contratados são enquadrados como serviços comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com o art. 14 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 3.15. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Modalidade de Licitação

3.16. A presente contratação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico nos termos da Lei nº 14.133/2021, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Modelos de Licitações e Contratos Pregão Eletrônico - Termo de Referência - Serviço sem Mão de Obra exclusiva, sendo balizado nas legislações em vigor.

Regime de Execução

3.17. Para definição da escolha do regime de execução por empreitada por preço unitário, apresenta-se as seguintes justificativas:

3.17.1. O regime a ser usado será o de empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem antecipadamente, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das "demandas" se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109 /2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

Critério de Julgamento

3.18. O critério de julgamento da proposta é o menor preço de acordo com o inciso I do art. 33 da Lei nº 14.133/21.

Prazo Contratual

3.19. O prazo de vigência do contrato será de 02 (dois) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.20. O prazo de vigência previsto em Termo Aditivo de prorrogação será iniciado no dia subsequente ao término da vigência do Contrato original, ainda que a sua assinatura e formalização ocorram no último momento da vigência do Contrato originário.

3.21. Conforme determina o art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser atestada que as condições e o preço contratado permanecem vantajosos à Administração.

Garantia Contratual

3.22. A garantia de execução deverá ser prestada nos moldes do arts.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) e condições descritas nas cláusulas do contrato.

3.23. No caso de seguro garantia o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º do art. 96.

3.24. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

3.25. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Critérios e práticas de sustentabilidade

3.26. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 7ª edição, atualizada em outubro de 2024:

3.26.1. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlatada;

3.26.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por

Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações superveniente;

3.27. Registra-se que a inclusão de critérios de sustentabilidade na contratação de locação de veículos, além de atender as orientações dispostas no Guia, se justifica pela necessidade de reduzir impactos ambientais, promover eficiência energética e alinhar-se às diretrizes de desenvolvimento sustentável da Administração Pública. Essa medida contribui diretamente para a adoção de práticas que minimizam a emissão de poluentes e otimizam o uso de recursos naturais, garantindo uma atuação mais responsável e alinhada com as políticas sustentáveis vigentes.

Vedação de participação de cooperativas

3.28. Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e a Contratada, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05/2017 por considerar que no objeto a ser licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

Participação de consórcio

3.29. No que se refere à presente contratação, a exemplo das contratações anteriores, entende-se que, por não se tratar de objeto que envolve alta complexidade ou relevante vulto e, sim, por serviços usualmente prestados por empresas do ramo as quais possuem expertise e capacidade técnica para tanto, o edital não deve prever a participação de empresas reunidas em consórcio.

3.30. Por grande vulto, define o inciso XXII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, entende-se como obras, serviços e fornecimentos cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), que não é o caso do presente processo.

3.31. Dessa forma, não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

Subcontratação

3.32. Não será admitida a subcontratação do objeto.

Vistoria

3.33. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, contudo, frisamos que os veículos serão adequadamente alocados.

Decretos Presidenciais Margem de Preferência

3.34. Após análise da legislação vigente e consulta ao respectivo sítio eletrônico, verificou-se a publicação do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024 e Resolução SEGES-CICS/MGI nº1, de 2 de julho de 2024 (<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/07/2024&jornal=515&pagina=151>). Entretanto, no momento da verificação, constatou-se que não há margem de preferência definida para a contratação em questão, conforme estipulado nas diretrizes atuais.

Governo Digital

3.35. A equipe de planejamento está alinhada em atender a todas as recomendações expedidas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, em especial no que tange aos direcionamentos levantados nas orientações e procedimentos referentes segurança e privacidade na administração de dados, como também a divulgação descentralizada das contratações públicas, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) garantido a transparências nos editais, Atas de registro de preço e contratos, buscando tornar as aquisições públicas mais eficientes e acessíveis.

Da Participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas

3.36. Para a contratação em tela, será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado as referidas, os termos dos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Catálogo Eletrônico de Padronização

3.37. Para esta contratação não está contemplado e não se aplica o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras. Os itens estabelecidos para padronização são referentes a água mineral natural sem gás, café e açúcar. O objeto desta contratação segue a padronização de materiais já instalados nas Edificações desta Pasta.

Justificativa para qualificação técnica e econômica e financeira

3.38. As exigências de qualificação técnica justifica-se pelo fato da necessidade de identificar se a futura empresa a ser contratada possui adequada mão de obra especializada e capacidade de gestão para a execução do objeto, bem como em cumprimento à alínea "b" do art 10.6 da IN 05/2017.

3.39. Quanto à qualificação econômico-financeira, verificou-se que objeto da pretensa contratação demanda a exigência de determinados requisitos de habilitação, devido a complexidade do objeto a ser executado, bem como de prevenir possíveis riscos como o de uma possível paralisação em razão de eventual incapacidade econômica da empresa contratada em executar os deveres contratuais.

3.39.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, as licitantes deverão comprovar patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133 de 2021.

Transição gradual com transferência de conhecimento tecnologia e técnicas empregadas

3.40. Não haverá necessidade da aplicabilidade de transição gradual.

Caderno de logística

3.41. Destacamos que o presente objeto licitatório está disciplinado pelo Caderno de Logística – Prestação de Serviço de Transporte (MPOG/2014), no que couber e demais normativos.

(https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/servicos_transportes.pdf)

3.41.1. Foi realizada consulta as orientações contidas no caderno Pesquisa de Preços, março/versão 1.0.

(https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-pesquisa-de-precos-2023_final.pdf).

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DILOG - Divisão de Logística	Roberta Gomes de Oliveira
SETRA - Serviço de Transportes	William Alves

5. Levantamento de Mercado

5.1. A Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, prevê o registro no ETP da "prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções". Os serviços de locação de veículos são normatizados, em seus parâmetros e requisitos mínimos. Assim, não há grande espaço para criação e inovação, pois em se tratando de serviços voltados ao deslocamento (transporte) de pessoal, os órgãos reguladores atuam no melhor detalhamento das condições se tratando de locação de veículos.

5.2. Durante a execução do contrato anterior, observou-se a necessidade de veículos tipo Sport Utility Vehicle (SUV), para garantir maior segurança as autoridades desses Órgãos, uma vez que as SUVs, devido ao seu porte maior e a sua suspensão elevada, oferecem uma proteção aprimorada em caso de acidentes ou situações de risco, devido a sua estabilidade. Além disso, a posição de direção mais alta desses veículos proporciona melhor visibilidade da pista, permitindo que o motorista tenha maior controle sobre o tráfego ao redor, o que é crucial para evitar imprevistos.

5.3. Ademais, em razão das rotinas sobrecarregadas dos Ministros, que por muitas vezes precisam transportar seus assessores, para estarem acompanhando em suas reuniões externas, as SUV's possuem maior flexibilidade para acomodar tais passageiros com maior segurança e conforto.

5.4. Para a contratação proposta foram analisados processos similares realizados no âmbito de pregões e contratações públicas no site: <https://pncp.gov.br/>, <http://paineldepregos.planejamento.gov.br/> e pesquisa direta com fornecedores com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades deste órgão, também foram realizadas pesquisas em sites especializados, conforme dispõe o artigo 5º da IN 65/2022, as quais foram identificadas 02 soluções, quais sejam:

1. Locação de Veículo automóvel de representação do tipo SUV.
2. Aquisição de Veículo automóvel de representação do tipo SUV.

5.4.1. As informações levantadas para subsidiar a análise do presente Estudo, quanto ao levantamento de mercado estão descritas abaixo, conforme Quadro com Soluções do Mercado:

SOLUÇÃO N. 1							
Especificação	Órgão	Fornecedor	Valor Mensal	Valor Anual	Média Por veículo Anual	Valor estimado Anual Total para 4 veículos	Valor estimado para 2 anos
Automóvel tipo SUV 20.000 km no máximo	SENADO Contrato nº 04/2024	Quality	8.993,00	107.916,00	R\$ 268.342,00	R\$ 1.073.368,00	R\$ 2.146.736,00
	MCOM - Contrato nº 10/2024	Braz & Braz	7.604,35	91.252,20			
	Fornecedor	MSTUR	36.850,00	442.200,00			
	Fornecedor	Royal Receptivo	36.000,00	432.000,00			

SOLUÇÃO N. 2				
Veículo	Jeep Commander	Jeep Tiggo 7 Pro	Mitsubishi Outlander 2025	Volkswagen Taos
Valor unitário do veículo ano 2025	R\$ 227.990,00	R\$ 175.000,00	R\$ 325.000,00	R\$ 220.990,00
Combustível média de consumo anual considerando 2.000Km/rodados por mês	R\$ 19.800,00	R\$ 13.392,00	R\$ 10.035,00	R\$ 12.338,00
Seguro valor anual	R\$ 7.500,00	R\$ 6.000,00	R\$ 9.750,00	R\$ 5.100,00
IPVA DF- Alíquota de 3,5%	R\$ 7.979,65	R\$ 7.000,00	R\$ 11.375,00	R\$ 5.950,00
Custo 1º ano por veículo	R\$ 282.306,00	R\$ 226.392,00	R\$ 356.160,00	R\$ 244.378,00
Total para os 4 veículos	R\$ 1.129.224,00	R\$ 905.568,00	R\$ 1.424.640,00	R\$ 977.512,00

5.5. Após a análise comparativa das tabelas acima, nota-se que a locação de veículo mostrou-se mais econômica para a Administração Pública, ressaltando que não foram computados os custos referentes à

depreciação, peças, manutenção, e também não foram considerados os custos operacionais do Ministério com servidores, pois para cada um dos itens apontados haveria um contrato específico, o que demandaria além de uma nova contratação, gestores e fiscais, o que impactaria ainda mais os custos vinculados a uma eventual aquisição dos veículos, o que caracteriza como sendo vantajosa a Solução nº 1.

5.6. Além disso, a locação permite que o órgão público atualize a frota com mais facilidade, trocando veículos por modelos mais novos e eficientes sem se preocupar com a depreciação ou desfazimento de carros antigos.

5.7. Portanto, com base em levantamento de mercado, o tipo de solução escolhida é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na prestação de serviços continuados de locação de veículos, incluindo o fornecimento de combustível, a realização de manutenções preventivas e corretivas, o emplacamento, o licenciamento, os seguros obrigatórios, o pagamento do IPVA, a contratação de seguros totais, as franquias de seguros totais, a instalação e manutenção das películas automotivas permitidas por lei, além de todas as demais despesas necessárias para a execução dos serviços correlatos, sem a necessidade de fornecimento de mão de obra exclusiva.

6.2. Cabe ressaltar que a solução escolhida é a mais vantajosa devido a disponibilidade em tempo integral dos veículos e os demais serviços durante toda vigência contratual, que gera um menor custo inicial, além de evitar riscos financeiros com a depreciação do bem, atendendo ao princípio da economicidade.

6.3. Ainda, a solução demonstra vantajosidade pelas seguintes razões:

6.3.1. Extinção de contratos e despesas com manutenção de veículos.

6.3.2. Redução dos investimentos em patrimônio imobilizado.

6.3.4. Redução do número de contratos e obrigações legais (seguro, impostos, emplacamentos).

6.3.5. Renovação periódica da frota.

6.3.6. Aumento da segurança dos usuários, com utilização de veículos sempre novos e atualizados.

6.3.7. Desobrigação de ações em caso de acidentes de trânsito e roubo ou furto de peças dos veículos.

6.3.8. Redução do custo com servidores, para gerir e fiscalizar mais de um contrato.

6.4. Nos serviços, os preços deverão compor, para a regular a prestação dos serviços, o fornecimento dos veículos necessários, combustível, manutenções preventivas e corretivas, tributos, impostos, licenciamentos, taxas, seguros, despesas indiretas, lucros, encargos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, enfim, tudo que possa contribuir para a composição do custo final da prestação dos serviços.

6.5. Para a contratação em tela os serviços deverão apresentar:

Automóvel: tipo SUV, 4 portas, com capacidade para 5 passageiros:

Cor preta: A exigência da cor preta dos veículos visa garantir o cumprimento às descrições dos veículos de representação do art. 11, capítulo III da Instrução Normativa nº 03/2008, que dispõe:

[...]

Art. 11. Os veículos de representação terão cor preta e placa de bronze, esta com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Veículo:	[...]
	Airbags: no mínimo 6 unidades (compartimentos); a exigência das características visa prover itens de segurança mínimos aos motoristas e passageiros. Ressalta-se que o quantitativo de airbags foi dimensionado considerando a possibilidade de ocupação total do veículo com passageiros.
	Freio ABS: hoje se tornou item de segurança obrigatório, por meio das Resoluções nº 311 e 312 do Contran.
	Potencia: mínima de 175 cv ou superior, combustíveis renováveis ou não renováveis. A definição de critérios de potência do motor visa prover aos veículos capacidade de locomoção ágil em situações de risco, ao tempo em que possibilita maior celeridade no trânsito das autoridades atendidas.
	Espaço entre eixos: Mínimo 2.600.
	Conforto interno: ar-condicionado digital, rádio e CD/MP3, travas e vidros elétricos, direção hidráulica ou elétrica. trata-se de itens mínimos de conforto térmico e interno importantes para garantia da satisfação dos usuários.
	Para o caso do ar-condicionado, além de conforto, contribui ainda, para a segurança dos motoristas e passageiros, ao permitir o tráfego com as janelas fechadas.

6.6. Quilometragem máxima de 20.000km com até 02 (dois) ano de fabricação. A estipulação de quilometragem máxima bem como de sua fabricação, visa a garantia de fornecimento de automóveis com baixa rodagem, evitando riscos inerentes ao uso de equipamentos e peças de uso prolongado, provendo maior segurança e conforto aos usuários

6.7. As SUV's, devido ao seu porte maior e a sua suspensão elevada, oferecem uma proteção aprimorada em caso de acidentes ou situações de risco, devido a sua estabilidade. Além disso, a posição de direção mais alta desses veículos proporciona melhor visibilidade da estrada, permitindo que o motorista tenha maior controle sobre o tráfego ao redor, o que é crucial para evitar imprevistos.

6.8. Ainda, o maior espaço interno aos passageiros nos bancos traseiros, atendem as necessidades das autoridades, que por muitas vezes, levam seus assessores nos automóveis, para acompanhá-los em reuniões, o que demonstra que o espaço e o conforto promovido por veículo de tipo SUV são características necessárias.

6.9. Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito, ou por quaisquer outras razões que inutilizem os veículos temporariamente ou permanentemente, o contratado deverá, prontamente, providenciar a substituição dos mesmos, informando imediatamente ao Fiscal do Contrato sobre o ocorrido, sob pena de responsabilidade nos termos deste Instrumento.

6.10. O serviço será realizado sem o fornecimento de mão de obra exclusiva e lavagem de veículos, pois o Órgão já possui o Contrato nº 21/2022, que trata do fornecimento de motoristas executivos com dedicação exclusiva de mão de obra de forma contínua, e o Contrato nº 02/2022, que cobre os serviços auxiliares de lavagem de automóveis.

6.11. Tabela explicativa para o dimensionamento da contratação:

em	Descrição do Serviço	Un. de Medida	Quant. de Veículos = A	KM Asseg. Mensal por veículo = B	KM excedente máxima mensal por veículo = C	Valor Mensal do veículo com KM Asseg. = D	Valor do KM = E (D /B)	Valor do quilometro exced. correspondente a 60% do valor do KM asseg. por veículo = F (E *60%)	Valor un. mensal de exced. em 60% do valor do KM = G (F * C)	Valor total mensal de exced. em 60% do valor do KM = H (G*A)	Valor total estimado Mensal sem excedente = I (D*A)	Valor estimado mensal com excedente = J (I+G)	Valor Anual Total com Excedente = K (J*12)
	Veículo Executivo; Tipo												

Único	SUV; potência 175 cv ou superior, com fornecimento de combustível, manutenções preventivas e corretivas, emplacements, licenciamentos, seguros obrigatórios, IPVA's, seguros totais, franquias de seguros totais, instalação e manutenção das películas automotivas permitidas por lei e demais despesas inerentes à correlata execução dos serviços, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, para o transporte de agentes públicos quando a serviço, no Distrito Federal/DF e Região Integrada de Desenvolvimento - Ride, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:	Veículo	4	1.500	500														
Valor Bianual Unitário com Excedente = L (K*2/A)																			
Valor Bianual Total com Excedente = M (J*24)																			

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades de veículos foi definida com base nas necessidades dos Órgãos, considerando as autoridades que farão uso dos mesmos, sendo estas:

Ministério dos Transportes	
Ministro de Estado = 1 veículo	Secretário Executivo = 1 veículo
Ministério de Portos e Aeroportos	
Ministro de Estado = 1 veículo	Secretário Executivo = 1 veículo
Total de veículos = 4	

7.2. Quanto à estimativa da quilometragem assegurada para a contratação proposta, esta foi calculada com base no Contrato nº18/2023 e no histórico de demandas realizadas ao longo do ano de 2024, conforme apresentado a seguir:

Contrato nº18/2023				
mês	veículo 1	veículo 2	veículo 3	veículo 4
	Km	Km	Km	Km
fevereiro	877	1.077	1.357	1.439
março	1.030	1.470	1.268	1.382
abril	1.111	2.087	1.479	1.333
maio	1.265	1.856	1.249	1.243

junho	924	1.875	1.346	1.570
julho	936	1.763	1.703	1.666
agosto	1.166	1.790	1.360	1.605
setembro	1.381	1.546	1.406	1.615
outubro	872	1.599	1.699	2.089
novembro	1.143	1.429	1.319	1.697
dezembro	1.212	1.434	1.359	1.930
TOTAL	12.947	19.429	16.856	19.128
MÉDIA 12 MESES	1.078,91	1.619,08	1.404,66	1.594,00
TOTAL	5.696,65 / 4 veículos		média 1.424,16	

7.3. Considerando a análise realizada por meio da estimativa das quantidades de quilometragem assegurada, com base no histórico de demandas de 2024, constatou-se que, para a contratação proposta, não seria vantajoso adotar o modelo de quilometragem livre, uma vez que o modelo proposto oferece maior previsibilidade dos custos para o locatário. Ao definir um limite de quilometragem, o cliente tem clareza quanto ao valor a ser pago, evitando surpresas com cobranças adicionais por excesso de quilometragem.

7.3.1. Transparência: A quilometragem assegurada oferece maior transparência na relação entre locador e locatário, estabelecendo regras claras e objetivas sobre o uso do veículo e os custos envolvidos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.353.976,32

8.1. Cumpre esclarecer, que o procedimento para fins de estimativa do valor da contratação constante neste Estudo, teve como base as orientações contidas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços 2024, a saber:

8.1.1. Na fase de análise do mercado, por meio do levantamento das alternativas de soluções, as quais serão avaliadas e comparadas economicamente, podendo-se concluir pela inviabilidade da contratação ou que a necessidade da Administração será mais bem atendida por outros meios, ou ainda, que não será efetivada no momento. Assim, não é obrigatório que a estimativa do valor da contratação, para fins de ETP, siga os procedimentos da IN nº 65, de 2021. Não obstante, o órgão ou entidade pode optar por sua utilização no referido momento, se for o caso.

8.2. Neste sentido, neste primeiro momento, foram realizadas estimativas preliminares para fins de análise da viabilidade econômica da contratação conforme solução apresentada na fase de levantamento de mercado, totalizando o valor total estimado em R\$ 2.146.736,00.

8.3. Com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e suas alterações, para a aquisição de bens e serviços em geral, a definição do valor estimado da contratação foi realizada utilizando a metodologia da média dos valores obtidos durante pesquisa realizada durante a fase de levantamento de mercado. Essa pesquisa incluiu consultas ao Contrato 10/2024 do Ministério das Comunicações, Pregão Eletrônico nº 02/2024, ao Contrato nº 04 /2024 do Senado e a fornecedores especializados no ramo, conforme demonstrado na tabela - SOLUÇÃO N. 1 - exarada no item Levantamento de Mercado,

8.4. Em um segundo momento, por meio de pesquisa de preços realizada pelo Serviço de Compras e Pesquisas de Preços do Ministério dos Transportes, utilizando os parâmetros estabelecidos no artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e suas alterações, foi estimado o valor para a contratação, resultando em uma estimativa final no valor total de R\$ 1.353.976,32 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil novecentos e setenta reais e trinta e dois centavos), conforme demonstrado na Nota Técnica nº 22/2025/SECOP-DILIC/DILIC/COLIC/COGLC /SPOA/SE.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Após análise das possibilidades e riscos de parcelamento da solução a Equipe de Planejamento da Contratação decidiu pelo não parcelamento do objeto, devido a contratação ser em item único, pelos motivos apresentados a seguir:

9.1.1. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia processual;

9.1.2. Nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;

9.1.3. De recursos financeiros, pois não serão multiplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos, entre outros; e

9.1.4. De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.

9.2. Além disso, o parcelamento do objeto proposto não é recomendável por não se apresentar economicamente viável, com possibilidade de perda de escala, conforme entendimento da Súmula 247 do TCU: "É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala."

9.3. Uma vez que o menor preço é resultante da soma de preços de diversos itens, multiplicados pelas quantidades estimadas, gerando economia de escala, não se vislumbra a vantajosidade econômica para a Administração caso ocorra o parcelamento da solução por itens.

9.4. Assim, entendemos que a contratação por item único é a que mais atende às necessidades desta Pasta, no que se refere a locação de veículos, mostrando-se adequada para assegurar a responsabilidade contratual, o princípio da padronização e evitar prejuízos para o conjunto da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para o caso em questão, há contratação correlata e/ou interdependente, ou seja, o serviço em questão será realizado em conjunto com o Contrato nº 21/2022, que tem por objeto o fornecimento de motoristas executivos, com dedicação exclusiva de mão de obra, de forma contínua. Além disso, estará vinculado ao Contrato nº 02/2022, que trata dos serviços auxiliares de lavagem de automóveis.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação encontra-se alinhada com Planejamento Estratégico (2024-2027) do Ministério dos Transportes, conforme informações divulgadas na página "Portal da Estratégia": (<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia>)(https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/elogroup_mt-plano-estrategico_ministerio-dos-transportes-2024.pdf).

11.2. Esta pretensa contratação está conformidade com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS, deste Ministério dos Transportes - MT.

11.3. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA, do exercício 2025, por meio do Identificador da Futura Contratação: 390004-64/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O objetivo da contratação visa aprimorar significativamente a eficiência no atendimento das demandas administrativas deste Órgão;

12.2. Atender as missões institucionais de forma célere e eficiente;

- 12.2.1. Manter frotas de veículos novos, com padrões sustentáveis, sem a necessidade de manter a frota própria;
- 12.2.2. Reduzir os custos administrativos e orçamentários;
- 12.2.3. Atender a todos os preceitos legais vigentes;
- 12.2.4. Garantir a boa execução dos serviços, que seja satisfatória para o usuário/cliente e eficiente para o órgão;
- 12.2.5. Assegurar a continuidade dos serviços do objeto;
- 12.2.6. Diminuir os valores desembolsados anualmente com licitações, ou até mesmo por economicidade processual, de fiscalização e de controle da contratação do objeto;
- 12.2.7. Otimizar a força de trabalho da gestão quanto na fiscalização de contratos;
- 12.2.8. Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para o órgão;
- 12.2.9. Fomentar a qualidade e a quantidade dos recursos e materiais utilizados;
- 12.2.10. Manter a eficácia no atendimento de todas as demandas de transporte, no suporte à atividade finalística do órgão;
- 12.2.11. Garantir a boa execução dos serviços, de forma satisfatória para o usuário/cliente e eficiente para o órgão;
- 12.2.12. Assegurar a eficiência na continuidade dos serviços do objeto e do uso racional dos recursos financeiros;
- 12.2.13. Atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma econômica e sustentável; e
- 12.2.14. Garantir a segurança das Autoridades do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos.

13. Possíveis Impactos Ambientais

13.1. Os possíveis impactos ambientais para essa contratação são: emissão de poluentes na camada de ozônio, vazamento de combustível do veículo, etc. Com isso, a licitante deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010 e no guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber.

13.2. Todo o material e tecnologia deverão ser ambientalmente sustentáveis, atendendo a IN no 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5.º, II, art. 6º, IV, V, VII e VIII, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.

13.3. A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

13.4. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Locação de veículos.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não se aplica. Não se vislumbram tomada de providências para viabilizar a contratação pretendida.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Consideramos que a contratação é técnica e economicamente viável além de ser necessária para o atendimento das necessidades da Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CATIA ROBERTA JULIO

Integrante administrativo



Assinou eletronicamente em 31/03/2025 às 11:24:52.

WILLIAM ALVES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 31/03/2025 às 11:12:16.

PEDRO IVO CLEMENTE

Integrante técnico



Assinou eletronicamente em 31/03/2025 às 11:16:31.